

# 10 casos em que deputados mudaram a vida das pessoas

ELEIÇÕES 2022

## 10 casos em que deputados mudaram a vida das pessoas

CARLOS ROLLINI

carlos.rollini@zerohora.com.br

### Algumas decisões do Congresso que geram impacto para o cidadão

#### 1 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma aprovação destimou as ideias reformistas para as aposentadorias dos brasileiros: 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

• **Que significou:** o brasileiro tem de se manter no mercado de trabalho por mais tempo antes de se aposentar, observado nos Estados Unidos, as novas regras significaram estimativa de economia de R\$ 800 bilhões em 10 anos.

• **Como foi a tramitação:** a proposta de emenda à Constituição (PEC 62/2019) foi de iniciativa do governo federal, mas seu avanço contou com especial atenção da Câmara dos Deputados, com emendas no âmbito do Senado Federal. Foi aprovada em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.



Uma sessão legislativa no Congresso Nacional.

• **Que significou:** a erradicação de uma doença causada por um parasita da vida das pessoas. Para milhares de brasileiros, incluindo trabalhadores informais, pessoas de baixa renda e microempreendedores individuais, o que mudou com a proposta foi o acesso a um medicamento para as neoplasias mais urgentes, sob o controle administrativo.

• **Como foi a tramitação:** a Câmara aprovou o auxílio emergencial de R\$ 600 em 20 de março de 2020, poucos dias após as primeiras manifestações de circulação para combater o coronavírus. Foi o quadro mais crítico que tramitava desde 2017 para fazer a realocação do auxílio emergencial, com a apresentação de um texto de substituição. O Senado também garantiu aprovação breve e o auxílio emergencial veio em 2 de abril de 2020.

#### 2 CORREÇÃO DA TABELA DE IMPOSTO DE RENDA EMPACADA

• **Como foi a tramitação:** a proposta veio de autoria parlamentar e foi aprovada em duas votações da Assembleia, mas acabou derrotada em dois votos no Congresso. Isso significa que, cada ano, mais pessoas de renda moderada estão tendo o pagar inflado e a declarar em comparação à tabela federal. Mais regras atuais, o pagamento do IR é elevado por quem recebe R\$ 1,37 mil mensais, somando R\$ 26,5 mil ao ano. Ou seja, trabalhadores que recebem pouco menos de dois salários mínimos estão tendo de declarar e recolher o imposto.

• **Que isso significa:** menos dinheiro na conta do cidadão, e mais dinheiro no bolso do governo. Essa medida não foi aprovada no Congresso inicialmente porque poderia causar mudanças na vida financeira de milhares de brasileiros.

• **Como está a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional no Senado para fazer a correção da tabela de IR. Essa emenda constitucional faz a tabela de correção para definir o que devem declarar e pagar. Ao definir essa medida, mais trabalhadores devem fazer sentido do imposto, inclusive de quem não trabalha. De novo, projetos, um é de autoria do governo federal, de 2021, e chegou a ser aprovado na Câmara, mas empacou no Senado devido a polêmica em torno de outras medidas previstas, como tributação de lucros e dividendos. Outros dois projetos de senadores que buscam corrigir a tabela e manter o atual cenário também estão em processo de análise. Se a tabela do próximo Congresso discutir o tema

#### 3 AÇÃO EMERGENCIAL DE R\$ 600 NA PANDEMIA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 4 LEI DA FICHA LIMPA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 5 AÇÃO EMERGENCIAL DE R\$ 600 NA PANDEMIA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 6 LEI DA FICHA LIMPA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 7 AÇÃO EMERGENCIAL DE R\$ 600 NA PANDEMIA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 8 LEI DA FICHA LIMPA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 9 AÇÃO EMERGENCIAL DE R\$ 600 NA PANDEMIA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 10 LEI DA FICHA LIMPA

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

### Votações da Assembleia que atingem o cotidiano dos gaúchos

#### 1 REJEIÇÃO ÀS CÂMERAS NOS UNIFORMES POLICIAIS

Em dezembro de 2021, por 29 votos contrários, a favor, 197, e a maioria absoluta de 258, o projeto que transfere em pública definitiva a instalação de Câmeras nos uniformes de policiais e militares no RS. O debate abriu a sociedade porque trata de medidas de controle sobre o trabalho de policiais, profissionais que interagem diariamente com a comunidade. Para defensores da ideia, a adoção de câmeras ajuda a combater e solucionar eventuais excessos de agentes de segurança. Também há a alegação de que os vídeos ajudariam a proteger policiais em caso de denúncias falsas. De outro lado, há a crítica de que a medida pode incentivar desconfiança na segurança pública. Esse debate deverá voltar à pauta da Assembleia no próximo ano. O governo estadual, enquanto isso, prepara o encaminhamento de indicação para adquirir câmeras, mas em decisão administrativa, sem força de lei.

• **Como foi a tramitação:** a proposta veio de autoria parlamentar e foi aprovada em duas votações da Assembleia, mas acabou derrotada em dois votos no Congresso. Isso significa que, cada ano, mais pessoas de renda moderada estão tendo o pagar inflado e a declarar em comparação à tabela federal. Mais regras atuais, o pagamento do IR é elevado por quem recebe R\$ 1,37 mil mensais, somando R\$ 26,5 mil ao ano. Ou seja, trabalhadores que recebem pouco menos de dois salários mínimos estão tendo de declarar e recolher o imposto.



Um policial em uniforme.

Letete votou a medida. O voto, depois, foi mantido pelos deputados. Atualmente, com a Assembleia em sessão, o projeto de lei 146/2021. O texto prevê a liberação de energia. Esse projeto deverá ser votado pela próxima composição da Casa.

• **Os espaços contemplam:** ser feitos em dezembro de 2021. Atualmente, são 327 mil beneficiários no RS. A diferença é que isso ocorre mais R\$ 400 no bolso de pessoas humildes que estão no Cadastro Único (CadÚnico), porta de entrada para outros programas sociais.

#### 2 O QUE FAZ CADA CASA?

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

• **Compostos por:** 51 deputados estaduais. Eles precisam aprovar as propostas do governo estadual para que elas tenham força de lei e validade. Isso significa que, se o governador não tiver a maioria dos votos em seu favor, o projeto não pode ser aprovado.

• **Todas as leis que impactam a vida do cidadão gaúcho são aprovadas e modificadas pelos deputados estaduais, originadas do governo do RS ou de parlamentares. Deputados também podem demandar do governador a uma lei ou a projetos específicos de lei.**

• **Apelo do parlamentar:** fiscalizar os gastos do governo e, se necessário, denunciar. Parlamentares podem abrir comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar presenças criminais. E podem mover ou conduzir processos de impeachment de programas sociais.

• **Nas comissões, deputados analisam a legalidade dos projetos antes das votações, ou seja, a população, entidades e debatem ramos para a base. E podem fazer emendas ao projeto do Senado.**

• **Em dezembro de 2021, a Assembleia Legislativa aprovou o Estado a pagar empréstimo de R\$ 500 milhões para pagar empréstimos. Esses títulos são emitidos pelo governo gaúcho e movidos por pessoas ou empresas contra o Estado. Em geral, envolvem dívidas salariais, desapropriações e outros tipos de impostos. Em junho de julho, o RS deve cerca de R\$ 172 bilhões em empréstimos para mais de 6 mil credores.**

• **Compreensão:** que está sendo feita junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Equatorial, a população poderá melhorar ou pior a sociedade, ainda que sob o olhar de órgãos públicos fiscalizadores. Mas é difícil que o cidadão saiba o que acontece de um serviço essencial.

#### 3 PRIVATIZAÇÃO

• **Como foi a tramitação:** a proposta veio de autoria parlamentar e foi aprovada em duas votações da Assembleia, mas acabou derrotada em dois votos no Congresso. Isso significa que, cada ano, mais pessoas de renda moderada estão tendo o pagar inflado e a declarar em comparação à tabela federal. Mais regras atuais, o pagamento do IR é elevado por quem recebe R\$ 1,37 mil mensais, somando R\$ 26,5 mil ao ano. Ou seja, trabalhadores que recebem pouco menos de dois salários mínimos estão tendo de declarar e recolher o imposto.

#### 4 DEVOLUÇÃO

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 5 PRECATORÍOS

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 6 DA CEE

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 7 COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 8 SENADO

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 9 COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

#### 10 COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO

• **Como foi a tramitação:** o projeto de lei de emenda constitucional foi aprovado em dezembro de 2020 na Câmara dos Deputados, por iniciativa do governo federal. Depois, por dois votos, retornou ao Senado Federal, onde foi aprovada em março de 2020.

A aprovação do Senado foi mais lenta, em 7 de agosto de 2020, a Lei Maria da Penha era em discussão. Mas, de 15 anos após a entrada em vigor, segue em plena execução.

Veículo: Impreso - Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Eleições 2022 Pagina: 10 e 11